



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO N. 22/2018.

TERMO ADITIVO N. 04 AO CONTRATO N. 22/2018
(evento [0340789](#))

PROCESSO SEI N. [0001552-45.2017.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 44/2018

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES EM PLATAFORMA BIM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1010832 – TJ/RO e CPF nº. 001.875.388-40, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 15.110.739/0001-23, com sede na SCS quadra 01, Bloco G, Nº 30, Sala 1108, Parte B, Edifício Baracat - ASA SUL - Brasília/DF, CEP: 70.309-900, Telefone(s): (61) 3037-2281 / 98185-2563, E-mail(s): loliveira@eacegroup.com, neste ato representada pelo Senhor **LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG RNE V871147Q – Delemig e do CPF 702.506.901-95, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na Decisão n. 126/2020-GABPRES, de 23/11/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(evento 0627672), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I – **prorrogar o prazo de vigência** do Contrato n. 22/2018 (evento [0340789](#)) **por mais 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 05/12/2020 e data final em 02/06/2021**, sem ônus para o Contratante; e

II – **prorrogar o prazo de execução** do Contrato n. 22/2018 (evento [0340789](#)) **por mais 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 21/09/2020 e data final em 19/03/2021**, sem ônus para o Contratante.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração da CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, **renovação da garantia contratual apresentada inicialmente**, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e na CLÁUSULA QUARTA, *caput* e Subcláusula Terceira, do Contrato originário.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 23 de novembro de 2020.

Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA Pelo Contratante	LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Testemunha	Testemunha
------------	------------

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 04 AO CONTRATO N.
22/2018/TRE-RO**

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo em relação ao valor do contrato efetivado (Art. 65, 8.666/93)
Contrato n. 22/2018 (assinado em 01/10/2018) – Volume VI do PA (evento 0340789). a) Prazo de Vigência de 255 dias corridos, a contar de 01/10/2018 até 13/06/2019; e b) Prazo de Execução de 165 dias corridos, a contar de 16/10/2018 até 30/03/2019. Valor inicial: R\$ 127.720,50	R\$ 127.720,50	
1º Termo Aditivo (assinado em 13/06/2019) – Volume VII do PA (evento 0423885): a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 14/06/2019 até 10/12/2019), sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 31/03/2019 até 26/09/2019), sem ônus para o Contratante.	-	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2º Termo Aditivo (assinado em 04/12/2019) – Volume VIII do PA (evento 0483952): a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 11/12/2019 até 07/06/2020), sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 27/09/2019 até 24/03/2020), sem ônus para o Contratante.	-	
3º Termo Aditivo (assinado em 22/04/2020) – Volume IX do PA (evento 0526404): a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 08/06/2020 até 04/12/2020), sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 25/03/2020 até 20/09/2020), sem ônus para o Contratante.	-	
4º Termo Aditivo (assinado em __/11/2020) – Volume X do PA (evento 0627949): a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 05/12/2020 até 02/06/2021), sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 21/09/2020 até 19/03/2021), sem ônus para o Contratante.	-	

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE EVENTUAIS CÔMPUTOS DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO	0,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 26/11/2020, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 30/11/2020, às 12:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 30/11/2020, às 12:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 30/11/2020, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0627949** e o código CRC **FE59AF06**.

0001552-45.2017.6.22.8000

0627949v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 23/11/2020 13:49:23.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001552-45.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato Administrativo n. 022/2018 – Objeto: FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES EM PLATAFORMA BIM. Minuta de Termo Aditivo. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 249 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo inaugurado para abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada em serviços técnicos de engenharia para execução de fiscalização de projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM contratados pelo TRE-RO para construção da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital.

02. Após regular procedimento licitatório, este Regional e a empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA. firmaram o Contrato 022/2018 ([0340789](#)), prorrogado sucessivamente, conforme os Termos Aditivos n. 1 ([0423885](#)), n. 2 ([0483952](#)) e n. 3 ([0526404](#)), no qual o termo final dos seus prazos de vigência e de execução foram diferidos para 07/06/2020, 24/03/2020 e 04/12/2020, respectivamente.

03. No evento [0604767](#), verifica-se que, em decorrência da proximidade da expiração do instrumento contratual, a unidade gestora (Seção de Manutenção Predial – SEMAP), por meio de e-mail, solicitou a manifestação da empresa contratada quanto a intenção de prorrogação do Contrato citado por mais 180 dias. Esta, por sua vez, concordou com a dilação do referido prazo ([0610341](#)).

04. Conforme a Manifestação n. 42/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0610374](#)), a SEMAP levou ao conhecimento do Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade que algumas atividades da contratada FOX Engenharia têm sofrido atrasos em razão de tratativas juntos alguns órgãos, restando prejudicada a fiscalização dos seus projetos pela empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA., e, por tal motivo, manifesta-se pela prorrogação da vigência e da execução do contrato.

05. Recebida a demanda pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC, o seu titular, considerando



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a Manifestação acima relatada, encaminhou os autos à SECONT para elaboração da minuta do termo aditivo e à esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico (Despacho n. 1913/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC - [0610869](#)).

06. Em seguida a SECONT juntou aos autos a minuta do 4º Termo Aditivo ao Contrato n. 022/2018 ([0617783](#)). É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

07. Inicialmente convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. [0001552-45.2017.6.22.8000](#)) até a presente data.

08. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO nº 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é de responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

09. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade da gestão da contratação, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa dos atos de gestão e fiscalização da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

10. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

11. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – ANÁLISE JURÍDICA

12. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme Manifestação n. 42/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0610374](#)), as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes.

13. Por sua vez, além de pactuada expressamente na **Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 022/2018**, a pretensão encontra abrigo no **inciso V, § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93, verbis:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (sem grifo no original).

14. Com relação ao prazo de execução, o § 1º do dispositivo acima traz a permissão para a sua dilação, basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados em seus incisos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Enfatiza-se que a fiscalização contratada recai sobre os projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM elaborados pela empresa FOX ([0002397-77.2017.6.22.8000](#)), a qual assinou com este Tribunal o Contrato n. 027/2017 ([0254602](#)).

16. No caso em tela, o serviço não será concluído de acordo com o planejado, pois os projetos estão dependentes de tratativas com outros órgãos, necessárias para finalização dos projetos contratados, como por exemplo da regularização perante à Prefeitura de Porto Velho e à Superintendência do Patrimônio da União do terreno onde será construída a nova sede deste Tribunal e o Fórum Eleitoral da Capital. Esta situação, portanto, enquadra-se na hipótese do **V, § 1º do dispositivo supracitado**.

17. Sobre o tema, o doutrinador Marçal Justen Filho, em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª edição, página 841, aduz, *in verbis*:

A Lei dá tratamento autônomo, no inc. V, a uma modalidade peculiar de “força maior”. **Trata-se do fato ou ato de terceiro, impeditivo da execução do contrato.**

Ao aludir “ato” ou “fato”, a lei engloba tanto atuações voluntárias como as involuntárias. **Elimina-se, desse modo, a necessidade de investigar o elemento subjetivo** que informava o terceiro quando promoveu a ação ou omissão obstaculizadora. A referência “terceiro” indica o evento relacionado à atuação de um sujeito de direito.

Segundo a Lei, o impedimento deve ser “reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência”. A intenção legislativa é evitar a fabricação artificial de impedimento que, na verdade, inocorreram. (...) Por isso, o contratante deve comunicar à Administração o evento impeditivo, **tão logo ele se configure**. A Administração poderá comprovar, por si mesma, a efetiva ocorrência do impedimento. Observe-se que a elaboração de um “documento” é irrelevante. **O fundamental é a comprovação da ocorrência do impedimento e da relação de causalidade entre esse evento e a impossibilidade de cumprimento do prazo contratual**. Se a Administração confirma, através de sua atuação, a ocorrência do obstáculo impeditivo da execução da prestação, é irrelevante que produza (ou não) um documento. (sem grifo no original)

18. A veracidade dos fatos afirmados, que configura o nexo de causalidade entre o evento e a inviabilidade de atendimento do cronograma de execução estabelecido entre a Contratada e este Tribunal bem como a contemporaneidade dos documentos, pode ser averiguada pela análise dos processos instaurados para registro e tramitação dos atos de fiscalização e gestão do Contrato nº 27/2017: [0000011-40.2018.6.22.8000](#) e [0000274-72.2018.6.22.8000](#).

19. É importante mencionar que o § 5º do art. 79 da Lei n. 8.666/93 estabelece a devolução ao contratado do interim durante o qual não houve execução por força das situações descritas no § 1º do art. 57 da mesma lei. Evidenciando que o lapso temporal no qual a empresa não pode



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prestar seus serviços devem ser devolvidos para a conclusão do objeto contratado.

20. Ademais, estes óbices examinados estão razoavelmente justificados pelas informações prestadas pela unidade demandante quanto à necessidade de prorrogar a execução e a vigência do Contrato n. 022/2018.

21. Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta ([0340789](#)) com fundamento no art. 57, art. 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

22. O Contrato n. 022/2018 ([0340789](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

23. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

24. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4^a Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário) (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 - Plenário. (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 - Plenário. (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar nova garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do Ajuste.

IV – CONCLUSÃO

26. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da SEMAP, esta unidade jurídica opina pela **prorrogação dos prazos de execução e de vigência do ajuste, por mais 180 (cento e oitenta) dias**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo n. 022/2018.

27. Quanto à minuta do **Quarto Termo Aditivo** juntada ([0617783](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

28. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 10/11/2020, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 10/11/2020, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0619789** e o código CRC **4D7E05AD**.

0001552-45.2017.6.22.8000

0619789v7

Criado por 014827562356, versão 7 por 004891562321 em 10/11/2020 11:48:48.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001552-45.2017.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

ASSUNTO: Prorrogação dos prazos de vigência e execução do Contrato Administrativo n. 22/2018 - serviços técnicos de engenharia para execução de fiscalização de projetos

DECISÃO Nº 126 / 2020 - PRES/GABPRES

Vistos.

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, formalizou-se a contratação da empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA., para a prestação de serviços técnicos de engenharia para execução de fiscalização de projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM contratados pelo TRE-RO para construção da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital.

Referida avença foi materializada no Contrato 022/2018 ([0340789](#)), o qual, após demonstração da necessidade, foi prorrogado sucessivamente, conforme os Termos Aditivos n. 1 ([0423885](#)), n. 2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0483952](#)) e n. 3 ([0526404](#)), no qual o termo final dos seus prazos de execução e de vigência foram diferidos para **20/9/2020** e **04/12/2020**, respectivamente.

Na atual etapa processual, após verificar a proximidade do final dos prazos de vigência e execução do contrato n. 22/2018, a Seção de Manutenção Predial (SEMAP), na condição de unidade gestora da contratação, consultou a empresa contratada acerca do interesse em celebrar uma nova prorrogação do citado Contrato **por mais 180 dias** ([0604767](#)) e esta concordou com a dilação dos prazos ([0610341](#)).

No tocante à **necessidade da prorrogação pretendida**, a SEMAP fez constar nos autos, nos termos da Manifestação n. 42/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0610374](#)), que algumas atividades da empresa fiscalizada, isto é, a FOX Engenharia, têm sofrido atrasos em razão de tratativas perante alguns órgãos. Com isso, **restou prejudicado o integral cumprimento do cronograma das atividades de fiscalização dos projetos pela empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA.** e, por tal motivo, a SEMAP opinou pela prorrogação da vigência e da execução do contrato.

Ainda sobre **a necessidade de manutenção do contrato em questão**, convém rememorar que os serviços de fiscalização consistem, entre outros, na análise e emissão de parecer técnico pelos profissionais indicados pela empresa EACE sobre a regularidade técnica e legal dos seguintes produtos apresentados pela empresa Fox Engenharia: **a) Projetos Básicos - Preliminar 1; b) Projetos Básicos - Preliminar 2; c) Projetos Executivos de Terraplanagem e Drenagem - Final; d) Projetos Executivos - Preliminar 1; e) Projetos Executivos - Preliminar 2; f) Projetos Executivos - Final** (Projetos Executivos, Legais e Demais Documentos, exceto TERRAPLANAGEM e DRENAGEM).

A matéria foi submetida à análise jurídica da AJDG, que emitiu o Parecer Jurídico n. 249/2020 ([0619789](#)). Na ocasião, aquela assessoria jurídica opinou pela prorrogação dos prazos de execução e de vigência do ajuste, por mais 180 (cento e oitenta) dias, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo n. 022/2018.

Ainda naquela oportunidade, a AJDG **aprovou** a minuta apresentada pela SECONT (evento [0617783](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Consultada, a SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do Contrato n. **22/2018** ([0340789](#)), bem como pela **renovação da garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** a contar da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fundamento no § 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Sétima do Contrato Originário (Manifestação n. 468/2020 - [0621290](#)).

No mesmo sentido foi o posicionamento da Diretoria-Geral, conforme Manifestação 300 ([0624067](#)).

É o relatório, decido.

Como destacado pelas unidades previamente consultadas, o serviço prestado pela empresa EACE não será concluído de acordo com o planejado, em razão do atraso dos projetos que estão dependentes de tratativas necessárias para finalização dos projetos contratados, com outros órgãos, como por exemplo da regularização perante à Prefeitura de Porto Velho e à Superintendência do Patrimônio da União, referente ao terreno onde será construída a nova sede deste Tribunal e o Fórum Eleitoral da Capital.

Diante de tal cenário fático, configurada está a hipótese de impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência, prevista no art. 57, §1º, V, da Lei n. 8.666/1993.

Além disso, vale destacar que o § 5º do art. 79 da Lei nº 8.666/93 estabelece a devolução ao contratado do lapso de tempo durante o qual não houve execução por força das situações descritas no § 1º do art. 57 da mesma lei. Dessa forma, estando evidenciado o prejuízo de realização de atividades durante o espaço de tempo no qual a empresa não pôde prestar seus serviços, é certo que esse período deve ser devolvido para a conclusão do objeto contratado.

Além da expressa previsão legal no que diz respeito à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há também previsão contratual na Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª ([0340789](#)).

Ante o exposto, considerando as informações coligidas, demonstrada a necessidade da prorrogação pretendida, bem assim, a expressa previsão legal e contratual para tal finalidade, decido:

a) **Autorizar** a prorrogação dos prazos de **vigência e execução** do Contrato Administrativo n. 22/2018 ([0340789](#)), por mais 180 dias cada um, sendo o de **vigência a**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

partir de 05/12/2020 e data final em 02/06/2021, e o de execução a contar de 21/09/2020 e data final em 19/03/2021, sem ônus para este Tribunal, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto a regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no [Inc. I e V do §1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Quarta, Subcláusula quarta do Contrato Originário; e

b) Determinar a notificação da empresa contratada para renovação da garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#) c/c Cláusula Sexta do Contrato Originário.

À Diretoria-Geral e à SAOFC para as providências decorrentes desta Decisão.

Cumpra-se.

Porto Velho, 23 de novembro de 2020.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 25/11/2020, às 17:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/11/2020, às 17:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0627672** e o código CRC **A3964521**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 011004602364, versão 13 por 011004602364 em 23/11/2020
12:18:36.